

A FORMAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL E A RELAÇÃO COM O SABER NOS PROCESSOS DE INFOINCLUSÃO SOCIAL DO INSTITUTO LUCIANO BARRETO JÚNIOR: PROJETO DESPERTAR PARA O CONHECIMENTO.

Jacilene Andrade Silva¹
Valéria Pinto Freire²

RESUMO

Este artigo de cunho teórico, objetiva refletir sobre a formação do educador social identificado e compreendido como agente transformador de sentido das práticas educativas de infoinclusão social promovida pelo Instituto Luciano Barreto Júnior (ILBJ) no projeto Despertar para o Conhecimento a partir da mudança da relação com o saber do operário/aprendente. Considera-se a formação do educador social como campo específico do conhecimento em construção e imprescindível para mediação do processo de aprendizagem por meio da participação, cooperação e compartilhamento da sociedade civil organizada em estruturas de interação entre a escola formal e o entorno que a circunda. Em primeira instância discutiremos o conceito de pedagogia social como a reflexão teórica que nos faz compreender a categoria educativa no contexto das iniciativas propostas pela sociedade civil organizada, voltadas para ações socioeducativas que possibilita a cidadania e o acesso a outras ambiências educacionais a partir da não formalidade educacional. Em um segundo momento, problematizamos sobre a formação do educador social e a sua importância como medida fundamental para a mudança de mentalidade em relação ao saber constituído. Em um terceiro e último momento identificamos o Projeto Despertar para o Conhecimento como ação didático-pedagógica social de infoinclusão (SORJ, 2010), as condições em que se encontra o aprendente e sua relação com o saber (CHARLOT, 2000), perspectiva teórica que norteia o projeto de referência na busca da compreensão como o sujeito apreende a vida, como constrói e transforma a si próprio a partir dos saberes em transformação tendo em vista a sua inserção no mundo. Nesse contexto, a formação do educador social passa a ter importância fundamental no processo de construção do conhecimento e consequentemente na formação do aprendente, tendo em vista a sua inclusão social a partir da melhoria e ampliação de suas capacidades cognitivas em relação à informação e aos conhecimentos adquiridos.

Palavras-Chave: Infoinclusão social, formação de educador social, da relação com o saber.

¹Formação em Pedagogia/Licenciatura (UFS), Especialista em Sistema de Gestão Integrado, Coordenadora Pedagógica do Instituto Luciano Barreto Júnior, Tutora do Programa de Educação Continuada Mídias na Educação UFPE/USP, Vinculada ao Grupo de Estudo e Pesquisa Mídias na Educação/UFPE. jacilene@ilbj.org.br.

²Mestre em Educação (UNIT), Especialista em Educação Estética Semiótica e Cultura (UFBA), Especialista em Tecnologia Educacional (UNIT), Graduada em Comunicação Social (UNIT), Diretora Instituto Luciano Barreto Júnior/Se, Coordenadora do Programa Mídias na Educação MEC/UFPE/USP-NCE, Vice-Coordenadora do GECES – Grupo de Estudo e Pesquisa Comunicação, Educação e Sociedade CNPq/UNIT, membro do GESPME – Grupo de Estudo e Pesquisa Mídias na Educação CNPq/UFPE. valeria@ilbj.org.br



Introdução

As mudanças ocorridas na contemporaneidade de ordem técnica e científicas têm levado muitas instituições educativas sejam elas *formais*, *não formais* ou *informais* a promoverem acesso diferenciado as informações ao tempo em que proporcionam a um público cada vez mais diversificado uma recepção que possibilite transformar a informação em conhecimento.

Nesse contexto, a formação do educador passa a ter importância fundamental no processo de construção do conhecimento e conseqüentemente na formação do aprendente, tendo em vista a melhoria e ampliação de suas capacidades cognitivas em relação à informação e ao conhecimento adquiridos. A formação do educador que se tem e que se quer para efetivação da aprendizagem se constitui hoje uma das metas mais importantes do Instituto Luciano Barreto Júnior³ - ILBJ.

Iniciado em 2006 de forma efetiva o Projeto Despertar para o Conhecimento tem como público alvo os operários de obra da Construtora Celi mantenedora do ILBJ. Responsabilidade social que tem como objetivo a infoinclusão social através da Informática e suas disciplinas correlatas: português, matemática, Cidadania e Trabalho além de ações socioeducativas como interface propulsora na construção de um conhecimento coletivo e inovador. Nessa perspectiva visa à promoção do desenvolvimento humano como forma de valorização do operário como cidadão através da educação enquanto possibilidade de melhoria das condições de socialização e autonomia na vida e no mundo do trabalho.

O Projeto Despertar para o Conhecimento trata-se de uma célula inserida em um projeto maior denominado 'Projeto Conectando com a Vida', o referido projeto intenciona a infoinclusão social através da mudança em relação ao saber tendo em vista a construção de um conhecimento que possibilite o aprendente vislumbrar uma educação superior a que se encontra. Para alcançar a proposta de aprendizagem pretendida objetivamos tecer ao longo deste artigo algumas considerações de caráter didático-pedagógico que se constituem aspectos fundamentais para a educação social a partir da formação do educador.

Numa primeira instância discutiremos o conceito de pedagogia social como a reflexão teórica que nos faz compreender a categoria educativa no contexto das iniciativas

³ O Instituto Luciano Barreto Júnior trata-se de uma instituição sem fins lucrativos responsabilidade social da Construtora Celi Ltda, situada no Nordeste do Brasil no estado de Sergipe. Tem como objetivo a infoinclusão social de jovens na faixa etária de 15 a 25 anos em situação de vulnerabilidade social e pessoal. Tem como eixo estruturante de formação, a informática através do projeto âncora Conectando com a Vida.

propostas pela sociedade civil organizada, voltadas para ações socioeducativas que possibilita a cidadania e o acesso a outras ambiências educacionais a partir da não formalidade educacional. Situamos ainda nessa perspectiva pedagógica a educação social como “uma progressiva e contínua configuração do indivíduo para alcançar o seu desenvolvimento e conseguir a participação na comunidade, que deverá ajudá-lo a compreender o mundo e a si mesmo, ou seja, deverá ensinar a ser e a conviver.” (Ortega, 1999). Em um segundo momento discorremos sobre a formação do educador social e a sua importância como medida fundamental para a mudança de mentalidade em relação ao saber constituído. Em um terceiro e último momento identificamos o Projeto Despertar para o Conhecimento como ação didático-pedagógica social de inclusão, as condições em que se encontra o aprendiz e sua relação com o saber. Quarto e último momento expressamos nossas considerações finais acerca de um projeto que tem se constituído com instrumento de inserção social e educação, para o público a que se destina.

Pedagogia Social e Educação Social: a reflexão teórica em seu espaço de intervenção prática

A pedagogia social é uma ciência pedagógica de reflexão teórica que encontra na educação social seu espaço de intervenção prática. A conjunção de ambas diz respeito ao desenvolvimento da sociabilidade do sujeito e conseqüentemente incide na ampliação de suas capacidades cognitivas, a partir de situações especiais (inadaptação social) assim como aos aspectos educativos do trabalho social.

No pensamento de Ortega (1999), a educação social é, ou deve ser,

Uma progressiva e contínua configuração do indivíduo para alcançar o seu desenvolvimento e conseguir a participação na comunidade, o que deverá ajudá-lo a compreender o mundo e a si mesmo, ou seja, deverá ensinar a ser e a conviver. Neste sentido, deve dizer-se que o melhor e mais rendível dos objetivos da educação é conseguir a convivência dos indivíduos, dos grupos e dos povos. (ORTEGA, 1999, p. 145)

A Pedagogia/Educação Social atende a situações contraditórias tanto no que tange a impulsionar o sentido e renovação social como na redução dos conflitos pessoais e sociais por intermédio da educação. Nesse sentido, as demandas socioeducativas do mundo

contemporâneo criam necessidades de se viabilizar a formação de profissionais da educação especializados para o atendimento às questões socioculturais. Esta enfatiza o atendimento aos problemas públicos da sociedade, hoje, relacionados à ineficácia da educação *formal* promovida pelo Estado, objetivando a complementaridade dos processos de aprendizagem tendo em vista a melhoria da qualidade de vida a uma população a parte de uma educação *formal* de qualidade.

As ações educativas propostas na pedagogia social tanto podem ser desenvolvidas no âmbito da normalização de ambientes educacionais formais, tanto quanto podem vir a ser bem desenvolvidas no âmbito das ambiências educativas *não formais*, entretanto, “nem toda a educação *não formal* é pedagogia social, tampouco toda a pedagogia social é educação *não formal*” (PETRUS, 2003, p. 22). Estas ações educativas implicam o conhecimento dos seres humanos em situação de conflitos e ou vulnerabilidade, assim como de indivíduos que buscam retomar sua formação pessoal por meios outros que não o *formal*.

A distinção entre educação e educação social é na realidade uma grande contradição, já que toda educação se constitui social, seja ela efetivada em ambientes *formais* ou *não formais*. O sujeito socializa-se seja dentro ou fora dos muros da instituição escolar, portanto a educação social encontra-se em todos os contextos nos quais estão inseridas vidas humanas.

Existem diferentes perspectivas de educação social, elaboradas, segundo Petrus (1998, p.223-225) a partir da cultura do ‘bem-estar’, em resposta às demandas provenientes do Estado-providência, a saber:

1) Como **adaptação**, a educação social consistiria na aquisição por parte do indivíduo, das características intelectuais, sociais e culturais necessárias à sua adaptação e que lhe permitem viver num ambiente social concreto. 2) Como **socialização**, a educação social é entendida, como o processo que torna possível a integração social dos indivíduos, assimilando as normas, valores e atitudes que lhes permitem uma convivência normalizada. 3) Como **aquisição de competências sociais**: a educação social entendida deste modo é uma ação educativa que procura que os indivíduos pertencentes a uma determinada sociedade se formem e adquiram as habilidades e competências sociais, consideradas necessárias para alcançar a integração social. 4) Como **didática do social**: nesta perspectiva a educação social é uma intervenção sociocomunitária em função de problemas e de determinadas orientações institucionais. 5) Como **ação profissional**

qualificada: a educação social é concebida também como a ação qualificada dos profissionais, os quais, mediante a utilização dos recursos necessários e oportunos, procuram dar solução a determinados problemas e necessidades de pessoas em situação de risco ou necessidade social. 6) Como **ação próxima da inadaptação social:** A educação social, não só deve dar resposta apenas aos problemas da inadaptação, mas também, entre outras coisas, deve desenvolver e promover a qualidade de vida dos cidadãos, aplicar estratégias para prevenir os desequilíbrios sociais, etc. 7) Como **formação política do cidadão:** desde o início que a educação social foi influenciada pelos poderes públicos com fins políticos, quer dizer, entendida como formação social e política do cidadão. 8) Como **prevenção e controlo social:** a educação social, entendida como prevenção e controlo social, supõe um conjunto de procedimentos por meio dos quais se procura que os membros de uma sociedade cumpram as normas consideradas necessárias para conseguir a ordem social. 10) Como **trabalho social educativo:** A educação social é uma atividade pedagógica inserida no âmbito do trabalho social; por seu turno, este e os serviços sociais podem encontrar nas teorias, modelos e métodos pedagógicos uma fundamentação e consistência que seria injustificável recusar por problemas principalmente corporativos. 11) Como **paidocenosis:** A ideia de que a educação não se limita de forma exclusiva ao âmbito escolar. O educador faz parte de um sistema mais amplo – espaço escolar e extraescolar, no qual se enforma o indivíduo. Nesta perspectiva, pode justificar-se a ideia de entender a educação social como paidocenosis, ou seja, como uma ação educadora da sociedade. 12) Como **educação extraescolar:** alguns autores defendem uma posição excludente relativamente à educação social e utilizam os termos de educação não formal para a situar, isto é, recorrem ao conceito de extra escolaridade.

A educação social a partir de tais considerações pode ser vista como o conjunto de todas essas diferentes perspectivas além de solucionar problemas de convivência social tem a função de ser instrumento igualitário e de melhoria da vida social e pessoal dos indivíduos. Ortega (1999) assegura que existe mais educação fora que dentro do sistema escolar e que este necessita procurar constantemente a finalidade da “educação ao longo da vida”. Para este autor uma educação entendida ao longo da vida deve verificar-se em todo o espaço espacial e temporal e, por isso, a educação escolar será mais um aspecto da mesma, evitando centrar-se exclusivamente na transmissão de conteúdos instrutivos.

Segundo Gohn (2011) por volta dos anos de 1980 no Brasil, a educação *não formal* de modo geral era percebida como campo sem grande importância. Tanto no âmbito

estatal quanto na perspectiva dos educadores, sempre vista como uma extensão da educação formal e desenvolvida em espaços exteriores às unidades escolares,

[...] como conjunto de processos delineados para alcançar a participação de indivíduos para alcançar a participação de indivíduos e de grupos em áreas denominadas extensão rural, animação comunitária, treinamento vocacional ou técnico educação básica, planejamento familiar etc.(GOHN, 2011, p. 100)

Nessa época todas as atenções estavam voltadas para a educação *formal*, desenvolvidas nos aparelhos escolares institucionalizados, muito por conta das investidas do Estado na universalização do ensino básico e em uma possível democratização.

Sob o ponto de vista dessa mesma autora na década de 1990, após as mudanças ocorridas na economia, na sociedade e no mundo do trabalho, a educação *não formal* entra em evidência. Passa o campo específico de manifestação e desenvolvimento da educação na sociedade, a ser valorizado nos processos de aprendizagem em grupos e a dar relevância aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos. (GOHN, 2011, p.100). Nesse sentido a educação *não formal* se constitui palco de atuação que vem a estabelecer processos de aprendizagens e a construção de saberes a partir de práticas e modos alternativos e complementares.

Na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no art. 1º, LDBEN de 1996, institucionalizou os processos educativos que ocorrem em ambientes *não formais* e a define como: “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Os processos de formação dos indivíduos como cidadãos na sociedade contemporânea não se situam - como podemos observar - apenas no âmbito do formal, em que além de está localizada na escola institucionalizada também está fechada a conteúdos previamente demarcados. Para além da educação *formal* nos deparamos a uma educação que está vinculada ao “mundo da vida”, a geração, troca e compartilhamento de experiências e vivências que acontecem em ambientes e ações coletivas onde há interação e cooperação. Devemos assinalar que, ainda que a educação *não formal* seja constituída por escolhas, não se trata de uma ação de aprendizagem instintiva, os processos produzidos intencionam resultados a partir de suas propostas de intervenção.

Para Gohn (2011) a educação *não formal* designa um processo com cinco campos ou dimensões, que correspondem a suas áreas de abrangência,

O primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais. [...] O segundo, a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades. O terceiro, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos. [...] O quarto, e não menos importante, é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados. [...] O quinto é a educação desenvolvida na e pela mídia, em especial a eletrônica. [...] Finalmente, deve-se registrar ainda o campo da educação para a vida ou para a arte de bem viver. (GOHN, 2011, p.112)

Nesse contexto encontra-se como mediador - entre aprendente e conhecimento - o educador social, coautor responsável pelas estratégias didático-pedagógicas que levam a efetivação dos objetivos pretendidos. A princípio, a formação do educador social constitui elemento fundamental para que efetividade do processo de aprendizagem.

O ser Educador Social: formação em campo específico, um perfil a contemplar.

O que deveria se constituir parte intrínseca de toda formação de professores se transformou em uma especialidade a ser adquirida, embora a educação seja uma ação social em vista de um fim. As instituições seja ela *formal* ou *não formal* educam as novas gerações em função de uma ideia ou concepção de ser humano, de cultura e sociedade que muitas vezes está aquém de toda sua complexidade, simplificando conjunturas, tornando-a inócua aos movimentos da vida.

Todo processo educativo tem sua estrutura, conteúdo e formato situados socialmente, nesse sentido toda e qualquer forma de educação é, essencialmente, social. Charlot (2000) ao analisar a relação do homem com o saber em consonância com o pensamento de Kant afirma que o homem é a única criatura que precisa ser educada, pois nasce incompleto, inacabado, "o essencial já está aí: o homem não é, deve tornar-se o que deve ser; para tal, deve ser educado por aqueles que suprem sua fraqueza inicial e deve



educar-se, tornar-se por si mesmo" (CHARLOT, 2000, p.52).

A educação para Charlot (2000) deve estar vinculada a uma tríplice construção do ser humano sua hominização (tornar-se homem), sua singularização (tornar-se exemplar único de homem) e de socialização (tornar-se membro de uma comunidade, partilhando seus valores e ocupando lugar nela). Na trama dessas considerações podemos afirmar que o conteúdo da educação é necessariamente, algo que encontra sua razão de ser na vida social, na relação do homem com o outro e com o entorno.

Nesse sentido, problematizar a formação de educadores em ambiente *não formal* de aprendizagem se faz urgente e necessária, para que possa vir a se construir um projeto de sociedade que possibilite a cidadania emancipatória e a equidade de oportunidades, contribuindo dessa forma para a formação de cidadãos que sejam coautores da construção de um mundo que se entrelaça entre a ética e a justiça universal.

Uma breve incursão no pensamento de Romans, Petrus e Trilla (2003) deixa expresso que, "o educador social precisa de uma série de competências que irá desenvolvendo no desempenho do trabalho que a instituição contratante lhe encomende." (ROMANS; PETRUS; TRILLA, 2003, p.124). Estas competências são compreendidas como conjunto de conhecimentos e habilidades que permitem um bom desempenho profissional nas tarefas apresentadas, quando identificadas são interpretadas como características do perfil profissional do educador social.

Os autores sugerem três competências que são relevantes para o processo de atuação do educador social, capazes de serem melhoradas por meio de treinamento e formação, a saber: os conhecimentos as capacidades e as atitudes que os educadores sociais necessitam para o exercício efetivo da profissão,

Conhecimentos gerais, [...] entenderemos esta preparação como a formação profissional de base imprescindível para conseguir desempenhar, com profissionalismo, a educação social e que podem ser propostas por estudos universitários [...] ou através daqueles títulos reconhecidos pelas autoridades competentes como os válidos o suficiente para exercer certa profissão.

Conhecimentos específicos, [...] são suscetíveis de ser aprendidos ou melhorados por meio de formação contínua, que deve permitir ao educador social enfrentar novas atividades otimizar seu trabalho diário ou se preparar para assumir novas responsabilidades, [...]

Conhecimentos do meio, [...] conhecer o tipo de população, níveis culturais, socioeconômicos, profissionais e as necessidades sociais que deles se derivam; a dinâmica associativa, os recursos dos quais pode

dispor e da rede social suscetível de colaborar na criação e prestação de novos recursos. (ROMANS; PETRUS; TRILLA, 2003, p. 125)

Os conhecimentos acima identificados fazem parte de um contexto que se caracteriza pelo entrelaçamento de saberes seguido por uma gama de informações, que designa a sociedade em que vivemos “Sociedade da Informação”. Momento este, marcado por grandes tensões nas esferas do viver humano, nesse sentido papéis, perfis, identidades e atitudes são redesenhadas a partir dos muitos fenômenos que emergem na contemporaneidade.

Em nosso contexto heterogêneo é imprescindível que existam esses conhecimentos previamente estabelecidos, essa tríade de formação favorece o fortalecimento das práticas pedagógicas tornando o caminhar ensino e aprendizagem mais rico e criativo. O jovem que tem acesso a uma vaga no ambiente socioeducativo proposto pelo ILBJ traz consigo variadas e diferenciadas experiências de seu cotidiano, trata-se de um jovem, hoje, influenciado por uma ‘outra’ cultura civilizacional que encontra-se afrontado com práticas socioeducativas e culturais complexas de formação a partir principalmente da massificação das Tecnologias de Informação e Comunicação e de seus avanços.

As singularidades presentes na subjetividade dessas juventudes estabelece um confronto com a instituição e um modo contemporâneo de existir (Ethos), que exige um educador antenado, sensível, afetivo, criativo, inovador, comprometido e com boa formação para que as práticas intervencionistas propostas possam vir a alcançar os resultados esperados: socializar, educar, formar, construir conhecimentos e compartilhar.

O ILBJ nessa perspectiva tem buscado afirmar que a formação continuada de seu educador social é fundamental para a dinamização ativa das condições de formação de seus jovens, assim como para que os processos de inclusão social promovidos pela instituição sejam efetivados através da construção de conhecimentos e trocas de saberes. Consolidando o que anteviu como possibilidade do desenvolvimento social humano e das potencialidades cognitivas. A formação de educadores proposta pelo ILBJ tem como essencial - para a melhoria qualitativa dos saberes docentes necessários ao desenvolvimento de práticas inovadoras no trabalho pedagógico - a conscientização de que saberes não situados, não apropriados, ancora-se como inócuos e insignificantes para a educação social que propõe.

Despertar para o Conhecimento: os processos de infoinclusão e a mudança em relação ao saber

A proposta pedagógica do Projeto Despertar para o Conhecimento valoriza a experiência e vivência do operário de obra como possibilidade de ser retomado em seu mundo a relação com o saber. O retorno ao contexto socioeducativo eleva sua autoestima e autoconfiança viabilizando um natural movimento de mobilização para o empreendimento de novos conhecimentos e novos espaços sociais que venham a torná-lo um ser humano cada vez melhor autônomo e cidadão pleno consciente de direitos e deveres.

A infoinclusão socioeducativa proposta nesse projeto viabiliza aos operários da construção civil a ascensão a inúmeras atividades dentro e fora do canteiro de obras a partir da informática como eixo estruturante do processo de formação. A formação escolar deficitária e o afastamento muito cedo da escola os impede de serem alfabetizados em sua condição plena, assim ler, escrever e saber o que ler é um das maiores dificuldades desse sujeito. O caminho educativo proposto busca promover o aprendizado através da experiência, fazendo com que a vivência estimule e transforme o conteúdo impulsionando e conseqüentemente fazendo emergir uma nova relação com o saber (CHARLOT, 2000).

Os procedimentos do aprender são ligados diretamente a vida do sujeito, nas suas perspectivas e visão do mundo. Essa dimensão permite identificar maneira como os processos de aprendizagem estão implicados na autoconstrução dos sujeitos e na constituição da autoimagem de cada um. Por essa razão, Charlot (2000) afirma que:

Aprender é sempre entrar em relação com o outro, o outro fisicamente presente em meu mundo, mas também esse outro virtual que cada um leva dentro de si como interlocutor. Toda relação com o saber comporta, pois, uma dimensão relacional, que é parte integrante da dimensão identitária [...] Poder-se-ia, aliás, dizer o inverso: a dimensão identitária é parte integrante da dimensão relacional. Não há consigo próprio senão uma relação com o outro; e não há relação com o outro senão como relação consigo próprio. (CHARLOT, 2000, p. 72)

Estas considerações nos leva a acreditar, assim como Nosella, (2003, p. 169) também crê que, “todo indivíduo é educado pela sua própria história, cujas circunstâncias se modificam de tempo em tempo, de época em época de lugar para lugar de classe social para classe social.” O projeto tem a preocupação de considerar e valorizar as vivências do

sujeito assim como respeitar suas escolhas no processo de aprendizagem, trabalho permeado por estratégias de ações fundamentadas nos critérios de construção coletiva e flexibilidade que intencionam estimular e mobilizar o aluno/operário para a autonomia.

A escolha das Tecnologias de Informação e Comunicação como eixo para este e os demais projetos e ações desenvolvidas no ILBJ tem como justificativa a compreensão da relevância das TIC na Sociedade da Informação, assim como possibilidade para preparação para o trabalho e para a infoinclusão social. A ideia defendida por Leon (2004) além de complementar nosso pensamento, ratifica os motivos pelos quais afirmamos que o domínio das tecnologias,

Não se reduz ao que se pode digitalizar, mesmo que este ajude a comprimir certos tipos de conhecimento. É um complexo processo humano de percepção, compreensão, seleção, discernimento, instituição e análise sobre a base acumulada, no qual o acesso a informação é só um componente, importante por certo. Para transformar a informação em conhecimento, se deve dispor do momento e o formato adequados a uma determinada necessidade ou contexto; tem que ter as condições para utilizá-las, as quais abarcam uma ampla gama de fatores socioculturais, econômicas e políticas. (LEON, 2004, p.24)

O ILBJ tem nas TIC o instrumental e o fundamento para a efetivação da inclusão digital, por conseguinte, estruturante para a construção e o fortalecimento da cidadania e para a mudança social. Entretanto, reconhece que por si só as TIC não são suficientes para o desenvolvimento e o progresso social e econômico dos sujeitos, contudo a falta de conhecimento e domínio destas tecnologias amplia o fosso socioeconômico entre os sujeitos. Nesse sentido, torna-se imperativo que a inclusão digital signifique uma infoinclusão social com garantia de acessibilidade e conectividade à sociedade de informação global, a partir das inovações midiáticas em TIC, proporcionando assim melhores condições de vida e uma cidadania local possível (GUERREIRO, 2006, p.174).

A infoinclusão social a que nos referimos faz jus à promoção de conhecimentos técnicos no que diz respeito à aquisição de habilidades no manuseio e à apreensão de competências que possibilite a compreensão das linguagens telemáticas. No entanto, esta prática se constitui de fato infoinclusão social a partir do momento que venha a contribuir para a formação de sujeitos ativos e autônomos na produção da informação e construtores de novos conhecimentos, garantindo desse modo a acessibilidade e conectividade à Sociedade da Informação tendo em vista melhoria na qualidade de vida.

Vista como a democratização do acesso às TIC de modo igualitário minimizando, portanto o movimento maior de exclusão social. O conceito é trabalho como meio de superação das limitações humanas através da tecnologia, nesse sentido é disponibilizado não apenas o computador, mas também acesso à rede e domínio das ferramentas e conhecimento de suas interfaces e possibilidades de emancipação.

Para Guerreiro (2006, p.165) infoinclusão social é a relação de equilíbrio sustentável entre o progresso tecnológico e o desenvolvimento das cidades. O autor ainda pontua dois aspectos de grande relevância para a concretização da infoinclusão social: a valorização da cidadania e da educação. Sorj (2003) na linha do pensamento sociológico nos faz refletir sobre a contribuição que o pensamento social pode dar aporte aos processos de apropriação social das TIC e pensa a infoinclusão social sob algumas perspectivas inclusive a educação,

[...] Em princípio, Internet e educação parecem se reforçar mutuamente, mas, na prática, a relação entre elas é bastante complexa. O encontro entre educação e telemática possui dois eixos: a transmissão de conteúdos educacionais específicos e a educação orientada para o desenvolvimento da capacidade de uso autônomo dos instrumentos telemáticos. (SORJ, 2003, p.45)

É significativo a distinção entre os dois eixos acima especificados, pois cada eixo representa níveis de acesso e uso para desenvolvimento de metodologias que venham a mensurar o ensino e a aprendizagem, ou ainda as habilidades para aprender e se informar e aprender a informar. Ao supor formação o primeiro eixo nos remete a alfabetização informacional, instância em que o sujeito aprendente se apropria das TIC e passa a identifica-las e concebê-las como instrumento/fundamento para suas ações futuras vislumbrando através de sua utilização e aplicação cotidiana soluções para as suas demandas e necessidades. A concretização desses objetivos transforma o ILBJ em um agente articulador, canalizador de ações voltadas para o desenvolvimento educativo, sociocultural e cidadão.

O segundo eixo supõe a materialização da formação proposta no eixo anterior, acessibilidade e manuseio, assim como a necessidade de existência de infraestrutura física de transmissão com acesso à rede e formador capacitado a disposição para orientação dos aprendentes e em condições teóricas de fazer valer o conceito de modo mais abrangente possível. Neste quesito o ILBJ busca através de sua proposta de infoinclusão social ampliar

o acesso de informação, educação e comunicação como forma de promover uma maior proximidade com o mundo globalizado e capacitação para os recursos midiáticos tendo em vista autonomia pessoal e profissional, desenvolver competências de leitura crítica dos meios de comunicação de massa educação para o mundo do trabalho permitindo que sejam capazes buscar, avaliar e comunicar informações para pessoas de suas relações.

O projeto despertar para o conhecimento e nossas Considerações

O projeto Despertar para o Conhecimento é constituído das disciplinas: Informática, matemática, portuguesa e cidadania e trabalho. Estas trabalhadas interdisciplinarmente e com ênfase nos interesses e necessidades dos operários são de caráter obrigatório. Oficinas de desenho, canto, Comunicação e Mídias, Cursos Online, inglês e palestras diversas que abrangem cidadania, direitos humanos, saúde, meio ambiente, e relações interpessoais são de caráter optativo. Com forma de inclusão os alunos (as) participam de todas as atividades que visam promover a integração como a Gincana Interdisciplinar e o Festival de Empreendedorismo e Ambiências Sustentáveis dois eventos que finalizam semestralmente os planejamentos.

A duração do projeto é de quatro meses, podendo o operário/aprendente permanecer por mais tempo, bastando para isso o desejo de dar continuidade a formação oferecida pelo ILBJ. A permanência do operário depende ainda das competências adquiridas e a reformulação de seu pensamento pertinente à nova relação com o saber que se inaugura em seu íntimo. O Curso de Informática Básica se estende para o curso de Informática Avançada, assim como o de Inglês para do Nível 1 para o Nível 2, a depender dos avanços alcançados e avaliados processualmente por exames de progresso.

A avaliação como prática cotidiana de aprendizagem, mais do que indispensável, é obrigatória. Por isso um adequado sistema de avaliação permite o cumprimento de um conjunto de compromissos que envolvem o objetivo do Projeto Despertar para o Conhecimento. Mas do que um ato de correção técnica deve estimular a aprendizagem e construção coletiva do conhecimento envolvendo educadores e aprendentes e aprendentes entre si, valorizando as competências cognitivas e habilidades adquiridas e do nível dos conteúdos apreendidos pelos aprendentes.

Os instrumentos pedagógicos utilizados na avaliação do progresso do aluno têm ênfase na dimensão formativa valorizando a autonomia, participação e identificação,

desenvolvimento e utilização de habilidades e competências prepostas pelo projeto, focadas em possibilidades reais de intervenção e transformação da realidade social dos operários/aprendentes. Assim, são utilizadas as modalidades de avaliação: Avaliação formativa se constitui em 40% do valor total; avaliação somativa distribuídas entre portfólio, memorial de formação e atividades complementares, corresponde a 60% da pontuação final dos alunos aplicada no final de cada projeto. A ênfase dada à relação com o saber e o grau de avanço da inserção dos operários/aprendentes a nova maneira de se relacionar com o aprender têm como indicadores de análise quatro competências básicas: competências pessoais, competências relacionais, competências cognitivas e competências produtivas.

As atividades disciplinares desenvolvidas no projeto têm um conceito de relação com o saber ampliado a partir do conceito de relação com o aprender em que o indivíduo assume sua condição humana, humaniza-se, singulariza-se e socializa-se, (CHARLOT, 2000). Nesse sentido, aprender para esse sujeito é apropriar-se de práticas e formas relacionais humanas que o direcionarão a condição identitária e ao exercício da cidadania plena, apropriando-se do mundo e dos saberes por este constituído. A revisão dos conteúdos visto em tempos de escola *formal* não é feita de modo aleatório nem desarticulado de sua existência e necessidades atuais e do projeto pedagógico/institucional do ILBJ.

As contribuições que o Projeto Despertar para o Conhecimento traz para essa classe profissional – operário de obra da construção civil - vulnerabilizada pelas circunstâncias das desigualdades sociais um processo de inclusão digital a partir do conceito de infoinclusão social a partir de práticas integrativas e complementares, tendo como temas de referência o conhecimento e suas possibilidades de crescimento profissional os saberes e suas transformações enquanto ser humano inacabado. O projeto de referência vê a aprendizagem como fundamental mecanismo pelo qual o ser humano tenciona e constrói sua própria vida.

Educar em pleno século XXI é um grande desafio, visto que as mudanças de valores afetam diretamente o comportamento humano. A ‘infoinclusão social’ assim como a ‘relação com o saber’ nesse contexto, são conceitos a serem apropriados e discutidos na contínua formação do educador social do ILBJ, porque só a partir dessa apropriação e compartilhamento de saberes este profissional em nossa instituição poderá contribuir de forma concreta na potencialização de competência e habilidades que possibilitem a sua inserção no mundo ampliado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação.



REFERÊNCIA

BRASIL, Lei nº 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n248, 23 dez. 1996.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Artmed, Porto Alegre, 2000.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber, formação de professores e globalização:** questões para a educação de hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUERREIRO, Evandro Prestes. **Cidade digital:** infoinclusão social e tecnologia em rede. São Paulo: Editora SENAC: São Paulo, 2006.

NOSELLA, Paolo. **A formação do educador e do professor:** esboço histórico-filosófico. In: VII Congresso Estadual Paulista Sobre Formação de Educadores, Águas de Lindóia, 2003. Anais... Águas de Lindóia, 2003. p. 169.

ORTEGA, J. (coord.). **Educación Social Especializada**. Barcelona, Ariel, 1999.

PETRUS, A. (1998). **Pedagogía social**. Barcelona: Ariel.

PETRUS, Antoni. **Novos Âmbitos em Educação Social**. Profissão: Educador Social. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ROMANS, M; PETRUS, A; TRILLA, J. **Profissão:** educador social. Porto Alegre: artmed, 2003.

SORJ, Bernardo. **brasil@povo.com:** a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação/Bernardo Sorj. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.; Brasília, DF: Unesco, 2003.